

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005202-33.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Exequente: **Elza Aparecida Gonçalves Gallo**
 Executado: **Banco do Brasil S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

ELZA APARECIDA GONÇALVES GALLO ajuizou execução contra BANCO DO BRASIL S.A., amparado em r. sentença proferida em ação coletiva, que condenou ao pagamento de diferença pecuniária sobre saldo de caderneta de poupança.

Tendo este juízo vislumbrado a hipótese de prescrição da ação, conferiu oportunidade de manifestação à autora, que no entanto não se manifestou a respeito.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

A presente ação tem por objeto execução individual (cumprimento de sentença) de decisão proferida em ação coletiva, a qual transitou em julgado em 9 de março de 2011.

Ocorreu a prescrição, consoante a jurisprudência sobre o tema, consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça em Recurso Repetitivo:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA DO PROCESSO DE CONHECIMENTO TRANSITADA EM JULGADO. INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TESE CONSOLIDADA.

1.- Para os efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil, foi fixada a seguinte tese: "No âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

2.- No caso concreto, a sentença exequenda transitou em julgado em 3.9.2002 (e-STJ fls. 28) e o pedido de cumprimento de sentença foi protocolado em 30.12.2009 (e-STJ fls. 43/45), quando já transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, estando, portanto, prescrita a pretensão executória.

3.- Recurso Especial provido: a) consolidando-se a tese supra, no regime do art. 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução 08/2008 do Superior Tribunal de Justiça; b) no caso concreto, julgando-se prescrita a execução em cumprimento de sentença.

(REsp 1273643/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 04/04/2013)

Diante do exposto, **liminarmente julgo improcedente o pedido**, nos termos do artigo 332, § 1º, do Código de Processo Civil.

Observe-se o disposto no § 2º do mesmo artigo.

Defiro à autora o benefício da gratuidade processual.

P.R.I.C.

São Carlos, 11 de maio de 2016.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**